

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO**  
2 **MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA DIA VINTE E NOVE**  
3 **DE MAIO DE 2014, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO**  
4 **DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA-SEMDESC. HORÁRIO:13h52min.**  
5 **QUORUM DE ABERTURA:** Constatada a presença dos conselheiros (as): Bárbara Monteiro  
6 Couto (representante da sociedade civil – Associação Natal Justino da Costa); Neuzira Cardoso  
7 Otoni (representante da sociedade civil - Representante dos Psicólogos); Clarice José Pires  
8 (Representatividade da Sociedade Civil – APAE); Gilmar da Silva Lima (representante do governo  
9 - SEMDESC); Dilma das Graças Queiroz (representatividade da sociedade civil organizada -  
10 Abrigo Frei Anselmo); Elizênia Gomes Camacho (representação entidade assistencial - Associação  
11 Mão Amiga -titular); Lucidalva Barreto dos Santos (representante da sociedade civil - Núcleo dos  
12 Assistentes Sociais); e Otáclia Alves da Rocha (representante do governo – SEMED); Ainda  
13 presentes, Isabel Aparecida Cruz Randi e Thaís Pereira Souza da Costa , técnicas da SEMDESC,  
14 Larissa Carolina Barros Menezes, Chefe da Divisão dos Conselhos ligados à Área Social. Como  
15 convidados, Maria Aparecida Pereira, representante do Cadastro Único local e Sirlene Pereira  
16 Barbosa, estagiária do Abrigo Frei Anselmo. Constatado o quorum, a presidente solicitou que a ata  
17 da última reunião fosse lida para aprovação dos presentes. Após lida e aprovada, a presidente  
18 questionou os conselheiros presentes, que representam as entidades inscritas no conselho, se seus  
19 dirigentes viriam à presente reunião, como solicitado na reunião passada, ou se seriam  
20 representados pelos estes. Todos responderam que seus dirigentes não poderiam vir. Apresentou-se  
21 para fazer parte da reunião, como convidada, Layane Soares Chaves Leitão, representante do  
22 Cadastro Único local. Procedendo ao primeiro ponto de pauta: "*Avaliação Da 2ª Audiência Pública*  
23 *do CMAS com as entidades da rede socioassistencial* ", a presidente do conselho, esclareceu que  
24 esta reunião foi agendada para que se pudesse discutir a importância da participação dos usuários da  
25 assistência social, em momentos como o da audiência pública, a qual não teve êxito no quesito  
26 mobilização, alcance social e participação e questionou como funcionou esse momento pré  
27 audiência junto aos usuários das entidades presentes. Elizênia, expôs que o trabalho com caráter de  
28 acolhimento institucional para crianças e adolescentes, como o da Associação Mão Amiga, dificulta  
29 a participação dos mesmos. A conselheira Neuzira esclareceu que na verdade poderia ter ocorrido a  
30 mobilização e o envolvimento junto as famílias dos acolhidos, vez que supõe-se que a entidade  
31 desenvolve ações junto aos mesmos. Elizênia disse não ter se atentado para essa possibilidade.  
32 Bárbara disse que o público atendido pela Casa de Passagem também não possibilitou mobilização  
33 uma vez que estes estão em trânsito. Clarice disse desconhecer que tenha havido um convite  
34 enviado aos familiares dos atendidos pela instituição -APAE. Dilma também disse desconhecer se  
35 houve trabalho realizado no Abrigo Frei Anselmo nesse sentido. O conselheiro Gilmar, ressaltou  
36 que outro fator a ser considerado é o custo com a realização do evento, através de serviço gráfico,

37 lanche e do envolvimento dos recursos humanos da secretaria, o que evidência investimento de  
38 recurso público. Isabel disse que além da ausência de alguns segmentos, como poderes judiciário e  
39 legislativo, a maior ausência lamentável foi do população local, principal alvo de uma audiência  
40 pública. Neuzira disse que, no momento da audiência pública, sentiu como se as entidades  
41 estivessem apresentando seu serviço para o CMAS e não como forma de prestação de contas e  
42 transparência das ações. Diante discussões, se propôs para o próximo ano, realizar momento de  
43 sensibilização, anterior a realização do evento, com visitas as entidades de assistência social,  
44 visando o envolvimento de diretoria e outros com poder decisório. Lucidalva sugeriu ainda que se  
45 incluía, para próxima audiência, momento de apresentação das ações do CMAS durante o ano  
46 anterior. Passando ao segundo ponto de pauta " *Apreciação do Termo de adesão do município ao*  
47 *cofinanciamento federal às ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil -*  
48 *PETI*". Lucidalva lembrou que no ano passado houve adesão ao Programa de Erradicação do  
49 Trabalho Infantil -PETI. Isabel explicou que o Estado enviou, através de sistema eletrônico, novo  
50 termo de adesão aos municípios de Minas Gerais, pois o antigo termo perdeu validade, por o Estado  
51 não ter dado continuidade no cofinanciamento. Isabel explicou ainda que este novo termo de adesão,  
52 aumenta o valor de cofinanciamento para R\$ 6.000,00 (seis mil reais) mês e especifica que o  
53 município possui 1.179 casos de crianças e adolescentes em trabalho infantil, porém não mencionou  
54 a fonte da informação. Desse modo, disse que o Secretário Gilmar recebeu ligações da Secretaria de  
55 Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDESE, sensibilizando para a adesão ao  
56 programa. Explicou também que existem eixos no termo de adesão a serem cumpridos, sendo cinco  
57 eixos: **de informação e mobilização**, que seria o momento de orientação e publicidade sobre as  
58 questões que envolvem o trabalho infantil; **de identificação**, busca ativa e o registro obrigatório no  
59 Cadúnico Federal; **de proteção**, encaminhamento e inserção nos Serviços Socioassistenciais e para  
60 outras políticas e assegurar a transferência de renda; **de defesa**, momento de articulação com o  
61 Ministério do Trabalho, Poder Judiciário, MP e Conselho Tutelar e, de **monitoramento**, alimentar e  
62 manter atualizado as bases de dados, dos casos identificados, inseridos na Rede SUAS. Assim,  
63 seguiu-se a votação da seguinte forma: Lucidalva (aprova), Gilmar (aprova), Neuzira (aprova),  
64 Otacilia (aprova), Elizenia (aprova), Dilma (aprova), Clarice (aprova) e Bárbara (aprova). Após  
65 aprovação, a presidente sugeriu que fosse agendada reunião conjunta com o Conselho Municipal  
66 dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Unaí, além do Poder Judiciário, MP e os  
67 técnicos dos equipamentos, Cras e Creas, para discutir as ações propostas no termo de aceite do  
68 PETI. A presidente propôs ainda, que fosse agendada reunião conjunta com o Conselho Municipal  
69 da Saúde, como havia sido sugerido em reunião anterior pela conselheira Severina Alda de Aguiar,  
70 em virtude da precariedade no atendimento a Saúde Mental do município, através do Caps. As  
71 propostas foram acatas pelos presentes, devendo ser articulada a reunião pela Secretaria Executiva  
72 dos Conselhos. Lucidalva propôs ainda recompor a *Comissão Permanente de Análise de Pedidos de*

73 *Inscrição de Entidades, Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais*, ficando da  
74 seguinte forma recomposta: Dilma, Elizenia, Lucilena, Neuzira, Maria Geralda e Daniel. Tendo  
75 sido agendado reunião da presente comissão, para o dia três de junho, terça-feira, às treze horas,  
76 para análise dos Relatórios de Atividades 2013 e Planos de Ação 2014, das entidades inscritas no  
77 CMAS. Lucidalva questionou ainda acerca dos kits que comporão o auxílio natalidade, se estes já  
78 estão de posse da SEMDESC. O conselheiro Gilmar e também secretário da assistência social local,  
79 disse que estes kits já estão sendo confeccionados, mas ainda não foram entregues, devendo recebê-  
80 los em breve. Nesse sentido, Isabel lembrou que a resolução que deverá instituir o benefício  
81 eventual, na modalidade auxílio natalidade, foi discutida neste conselho, tendo sido proposto pelo  
82 CMAS, que fosse uma resolução conjunta com a gestão, ou seja, com a SEMDESC. Explicou que o  
83 conselho entendeu que a SEMDESC, deverá organizar setor específico para manutenção, concessão  
84 e fiscalização dos benefícios eventuais, em virtude de possíveis problemáticas que já foram  
85 discutidas neste CMAS. O secretário Gilmar, se comprometeu a definir espaço e recursos humanos,  
86 específico para este atendimento. A presidente questionou aos presentes se aceitam avaliar  
87 novamente a minuta de resolução para normatização do auxílio natalidade, com a presença do  
88 secretário de assistência social, considerando ainda as alterações propostas em reunião anterior,  
89 quando foi discutida, sendo aceito por todos. Após leitura da minuta e discussões pertinentes,  
90 seguiu-se a votação para aprovação e instituição da Resolução que regulamenta o benefício  
91 natalidade, da seguinte forma: Lucidalva (aprova), Gilmar (aprova), Neuzira (aprova), Otacilia  
92 (aprova), Elizenia (aprova), Dilma (aprova), Clarice (aprova) e Bárbara (aprova). Sem "*Informes*  
93 *Gerais*", a presidente Lucidalva Barreto dos Santos encerrou a reunião agradecendo a presença de  
94 todos, e eu, Thaís Pereira Souza da Costa, lavrei essa ata que será lida e aprovada por todos os  
95 presentes. ENCERRAMENTO:15h46min.